

NOTICIÁRIO

Nesta secção incluem-se notícias comentadas de acontecimentos científicos, no país ou no estrangeiro, em que participem ou de que tenham conhecimento os colaboradores da Revista. A todos solicitamos sugestões e notícias.

TERRORISMO E VIOLÊNCIA ESTATAL

6.º CONGRESSO DO GRUPO EUROPEU PARA O ESTUDO DO DESVIO E DO CONTROLE SOCIAL, BREMEN-SETEMBRO 1978

O tema geral, «Direito e Ordem Social: o terrorismo e a violência estatal» e a escolha da Alemanha Federal para a sua discussão fizeram rodear de especial expectativa a realização deste congresso. Ao propor o tema e a localização, a comissão directiva do Grupo Europeu pretendeu atingir um duplo objectivo: por um lado possibilitar aos participantes um conhecimento mais profundo da «questão do terrorismo» tal como ela se apresenta e é discutida na Alemanha Federal; por outro lado, dar a oportunidade ao Grupo Europeu de, enquanto organização científica, manifestar a sua solidariedade com os cientistas sociais alemães na luta destes pela criação de condições políticas para uma discussão racional e livre não só da «questão do terrorismo» como da questão, mais ampla, da natureza do poder estatal na Alemanha Federal à luz da intensificação da repressão política desde o início da década de 70. Adiante-se desde já que se o segundo objectivo foi de algum modo realizado, o primeiro ficou muito aquém do que se poderia esperar (e esperou).

O congresso iniciou-se com uma sessão plenária em que a secção alemã, por intermédio de Ulrich Mückenberger, procedeu à análise do *caso Mescalero* e, através dele, da questão geral do «terrorismo» e da repressão política na Alemanha Federal.

Merece a pena relatar este caso, ainda que em poucas palavras, já que ele ilustra bem não só a paranoia política que hoje se vive neste país mas também a enorme capacidade de manipulação ideológica por parte do aparelho de estado quando apoiado maciçamente pelos meios da comunicação social.

Em 25 de Abril de 1977, pouco depois do homicídio do Procurador Geral Buback por um comando de guerrilha, o jornal da associação dos estudantes da universidade de Göttingen publicou um artigo intitulado «Buback — um obituário» e assinado pseudonimamente com um nome índio, «um Mescalero de Göttingen». O texto do artigo continha três tipos de reflexões: o autor começava por confessar que tinha sentido uma «secreta alegria» ao saber da morte de Buback; em seguida salientava que, em termos tácticos, tais actos individuais de terrorismo desacreditavam a frente de esquerda no seu todo;

e por último, numa reflexão sobre questões do princípio, condenava tanto os actos individuais como os colectivos de terrorismo já que é errado eliminar pessoas uma vez que tais acções não são mais que a reprodução da estratégia da classe dominante.

A organização estudantil do partido democrata-cristão reagiu contra a publicação do artigo e exigiu do reitor uma tomada de posição. Este proibiu de imediato a distribuição do jornal e exigiu dos editores uma retratação pública em relação a algumas das afirmações contidas no artigo. Entretanto os meios de comunicação social e sobretudo os jornais da cadeia Axel Springer (que controla a maior parte da imprensa alemã) espalharam por todo o país o «grande escândalo». Sem nunca reproduzirem o artigo ou sequer sumariarem o seu conteúdo integral apenas denunciavam os estudantes de Göttingen por terem manifestado uma secreta alegria pela morte de Buback e *portanto* por aprovarem o terrorismo. Em 27 de Maio, um vasto aparato policial passou busca às instalações académicas e a 17 casas particulares. Em resposta a estas reacções manifestamente excessivas, várias outras associações de estudantes publicaram o artigo na sua versão integral e, na maioria dos casos, com o mesmo resultado: suspensão da distribuição por ordem dos reitores e buscas policiais. Criou-se, assim, uma situação insólita de falsificação da realidade, censura e perseguição policial em conjunção com o estado de alarme da opinião pública alemã perante o já então «facto» de a maior parte dos estudantes universitários serem a favor dos terroristas.

Perante isto, 48 professores e juristas de Bremen, Baixa Saxonia e Vestefália, entre os quais Ulrich Mückenberger, decidiram reeditar o texto integral de «Buback — um obituário», juntando-lhe alguma documentação sobre o «caso» e um prefácio em que apelavam para a necessidade de manter as condições para uma discussão serena e racional dos problemas nacionais. Tais condições deixar-se-iam de verificar se, como no *caso Mescalero*, se instaurassem, sob uma ou outra forma, processos de censura. Daí a decisão de publicarem o texto integral a fim de permitirem à opinião pública alemã tomar uma posição com conhecimento de causa.

Para surpresa dos editores, os governos dos diferentes estados da federação reagiram a esta iniciativa instaurando processos disciplinares contra os que dentre eles fossem funcionários públicos, e ameaçando-os com sanções que podem envolver a expulsão das universidades e de quaisquer outras funções públicas. O conhecido professor catedrático de psicologia da Universidade de Hannover, Peter Brückner, um dos editores, encontra-se já suspenso de funções e o seu salário foi reduzido de um terço. Aliás, depois da recente decisão do tribunal de Hannover que confirmou a suspensão e os seus fundamentos é mais do que provável que será definitivamente expulso das universidades alemãs.

U. Mückenberger, que estava acompanhado pelo presidente da associação dos estudantes da universidade de Göttingen ao tempo da publicação de «Buback — um obituário», descreveu os processos de manipulação de que o aparelho de estado se serviu para *criar* um inimigo político, usando-o depois para justificar o accionamento em larga escala do dispositivo repressivo.

Incriminarão-se centenas de pessoas, inventou-se uma conspiração contra o estado e reprimiu-se a circulação livre de ideias — tudo isto por causa de um artigo obscuro num jornal estudantil em que se tomava uma posição de princípio (e não de mera tática) contra o terrorismo e em que apenas se incluía a brincadeira (de mau gosto) de manifestar a «secreta alegria» pela morte de Buback (alegria, que, na opinião de Mescalero, resultava da lembrança do papel activo de Buback, enquanto procurador geral, no endurecimento da repressão política).

A discussão sobre o *caso Mescalero* serviu para ilustrar a transformação do conceito de «cidadão» e de «funcionário público» actualmente em curso na Alemanha Federal. O cidadão tem um dever de fidelidade activa para com o estado e o funcionário público tem, além desse, o dever de colaborar activamente na manutenção da estabilidade e da segurança do estado. Nalguns estados da federação esse dever é honrado pela assinatura de uma declaração em que se repudiam (em termos cada vez mais precisos) certas formas (cada vez mais amplas) de oposição política.

Nos dias seguintes, a par das sessões plenárias, houve reuniões dos grupos de trabalho. Nas sessões plenárias foram apresentados e discutidos alguns trabalhos de valor muito desigual. O melhor, da autoria de Sebastian Scheerer, intitulava-se «A Produção Legislativa em Estado de Sítio». O autor procurou colocar a «questão do terrorismo» no seu contexto histórico, chamando a atenção para a regularidade da violência política na Europa desde finais do séc. XIX (para já não recuar a períodos anteriores) e para a correspondente regularidade das respostas legislativas ao longo deste período. Perante actos sensacionais de violência política, a resposta legislativa é normalmente no sentido de centralizar o controle social e de suprimir a oposição radical. A própria circulação de ideias (o espaço comunicativo) é limitada na medida em que passa a representar uma ameaça para a legitimidade do poder. Entra-se, assim, numa situação de «estado de sítio ideológico».

Um outro trabalho de bom nível, de autoria de P. Walton (um dos fundadores da criminologia crítica), consistiu numa análise comparada da codificação da violência política nos meios de comunicação social ilustrada com *videotapes* da cobertura televisiva da morte de Aldo Moro na Itália, Inglaterra, Alemanha e EUA.

Ainda entre os trabalhos dignos de menção, um de B. Mosconi sobre a questão da ordem pública na Itália, em que o autor tenta explicar o facto aparentemente absurdo ou paradoxal de a criminalização de certas formas de oposição política (antes admitidas) e o aumento da legislação repressiva — que veio eliminar muitas das conquistas dos movimentos estudantis e operários dos finais da década de 60 no domínio do direito penal, direito processual penal e direito penitenciário — ter coincidido temporalmente com a responsabilização activa do partido comunista na estabilidade do estado italiano e, portanto, com o aumento (aparente?) do pluralismo político.

H. Balluseck tratou da criminalização dos grupos activistas contra as centrais nucleares na Alemanha Federal, tentando descobrir aí algumas das

características gerais da repressão da oposição política neste país. John de Wit (Bélgica) procurou, a partir das teorias de Foucault, analisar a criação do prototipo humano do «terrorista» na imprensa alemã. Por último, M. Dürkop procurou fornecer (sem êxito, em meu entender) uma explicação para a presença significativa das mulheres nos movimentos de guerrilha na Alemanha Federal.

As sessões dos grupos de trabalho versaram sobre os seguintes temas: criminalidade económica; criminologia feminista; delinquência juvenil; exportação para outros países da Europa do modelo de controle social e de repressão política da Alemanha Federal.

No último dia do congresso foi assinada por todos os participantes uma declaração política de solidariedade para com os cientistas sociais, juristas e estudantes alemães envolvidos no caso *Mescalero*. Tratou-se de uma manifestação inequívoca de apoio internacional à luta pela livre circulação de ideias na Alemanha Federal. Assim se deu cumprimento a um dos objectivos do congresso acima referidos.

Quanto ao outro, (aprofundamento do conhecimento e da compreensão política da «questão do terrorismo») só muito parcialmente foi atingido. Não se procedeu a uma análise rigorosa da definição de «terrorismo» e antes se aceitou acriticamente a definição oficial que, como se sabe, tem vindo a alargar-se de modo a envolver um círculo cada vez mais amplo de pessoas sem qualquer relação com acções violentas (e até contrárias a elas). Não se discutiram as questões de princípio e de estratégia que devem servir de base a uma tomada de posição sobre o terrorismo. Notou-se, sobretudo da parte dos participantes alemães, uma grande reserva em se pronunciarem sobre temas que envolvessem algum risco político. Tudo se passou como se já não fosse possível realizar na Alemanha Federal uma discussão totalmente livre destas questões, nem mesmo no ambiente (vigilado?) do Congresso do Grupo Europeu. Paranoia ou medo realista? Em qualquer caso, bem demonstrativo da contracção preocupante do «espaço comunicativo» neste país. E, como bem se referiu num dos grupos de trabalho, não se trata de um fenómeno exclusivo da Alemanha Federal ainda que aí assuma uma acuidade particular. O que torna ainda mais crucial a questão da generalização do «modelo alemão», dada a posição de domínio económico e político da Alemanha Federal no contexto da Europa.

O próximo congresso realizar-se-á em Copenhaga e terá, como tema geral, «Teoria Criminológica e Prática Criminológica». Entretanto os congressistas de Itália, Espanha e Portugal decidiram reunir-se em Coimbra na Páscoa de 1979 a fim de analisarem as especificidades do processo político, social e económico na Europa do Sul e suas implicações para a abordagem do tema geral do próximo congresso. Quaisquer pessoas interessadas em participar quer na reunião de Coimbra quer na reunião de Copenhaga deverão contactar com o redactor desta notícia.

ALTERNATIVAS POPULARES À COMUNICAÇÃO DE MASSAS

Organizada pelo «Comité Internacional de Pesquisa sobre Comunicação de Massas», da *Associação Internacional de Sociologia*, a que preside o Prof. José Vidal-Beneyto, da Universidade de Madrid, realizou-se em Cambrills (Tarragona) e Barcelona, de 25 a 30 de Maio de 1978, uma conferência internacional para debater «alternativas populares à comunicação de massas».

De acordo com o próprio tema, a conferência propunha-se como objectivo analisar as possibilidades e limites dos processos de comunicação popular alternativa (quer substitutiva quer complementar) dos meios de comunicação colectiva. Pretendeu, para esse efeito, associar à perspectiva analítica uma visão experimental, com a apresentação «ao vivo» de algumas das experiências principais inscritas no âmbito do tema. Foi assim que estiveram presentes na Catalunha não só sociólogos e «cientistas» da comunicação como também interventores sociais ligados à comunicação social, e sobretudo, intérpretes das mais significativas experiências em curso de comunicação popular alternativa: operadores das «rádio-livres» italianas e francesas, militantes da chamada «contra-informação», cientistas «underground», operadores e produtores de TV e vídeo, jornalistas da imprensa escrita, editores de revistas humorísticas e de «banda desenhada», organizadores de festas populares, militantes ecologistas e feministas, interventores sociais em prisões, bairros populares e fábricas, militantes de movimentos de resistência e de libertação, etc..

A exiguidade do tempo de duração para o excessivo número de participações activas, com a sua inevitável saturação de «exposições», acabou porém por limitar grandemente o segundo propósito experimental e por privilegiar a análise e o debate teórico, que se centrou em três núcleos temáticos:

1. ciência social radical e comunicação popular;
2. resistência/dissidência e comunicação popular;
3. movimentos de base, novas práticas sociais e comunicação popular.

O primeiro tema procurava permitir evidenciar os traços comuns, quanto aos meios e quanto aos objectivos, dos cientistas sociais e dos operadores dos meios de comunicação social que se inscrevem numa perspectiva radical e

alternativa, e as contribuições dos primeiros para o desenvolvimento da comunicação popular e vice-versa, bem como examinar a possível cooperação entre cientistas e operadores de comunicação popular.

O segundo núcleo temático, por seu lado, propunha-se estudar a conexão entre processos e experiências de comunicação popular e lutas de resistência e/ou dissidência político-social, permitindo, — através da utilização de materiais como imprensa clandestina, cartazes, panfletos, pichagens, canções, Dazibaos e Samidzats — a comparação de situações bem díspares que iam dos fascismos mediterrânicos e latino-americanos aos países de leste.

O terceiro e último grupo visava o estudo de experiências de comunicação popular ocorridos durante processos políticos revolucionários (nomeadamente Chile e Portugal) e ainda experiências de comunicação alternativa por parte de movimentos sociais de base, tais como movimentos ecologistas, de minorias sexuais, movimentos feministas, colectivos de prisões, movimentos anti-psiquiátricos, associações recreativas, comissões de trabalhadores e de moradores.

Em todos os três núcleos se procuraria praticar o exame transversal de cinco âmbitos de meios: rádio, cinema, TV, video e imprensa.

Bem cedo se constatou que o primeiro grande obstáculo à confrontação de experiências e análises se colocava ao nível da ambiguidade terminológica, patenteada pelo próprio tema da conferência. Que entender por «comunicação alternativa», «popular» e «de massas»? Seria a comunicação alternativa uma «outra» produção de meios e de conteúdo, ou tão só uma diversa utilização/apropriação dos mesmos meios (resultantes do desenvolvimento tecnológico, e usados «classisticamente») para uma diferente produção de conteúdos e formas de comunicação? De quem/quê e para quem/quê se diz ser alternativa uma comunicação? Haverá uma *definição genérica* de «comunicação alternativa» ou a definição relativiza-se face às situações concretas? Que elementos a conformam? Será a comunicação alternativa uma «contra-informação», e a comunicação de massas uma comunicação *para* ou *a partir das* massas?

Rapidamente, porém, se passou deste nível de questões puramente semânticas, e que traduziam a preocupação de um entendimento conclusivo da conferência uniforme, para o nível dos *modelos*, e foi a *comunicação* em si mesma que passou a ser objecto de debate. Confrontaram-se então posições divergentes, relevando não só de disparidades epistemológicas e metodológicas como também de diversas perspectivas ideológico-políticas.

Poderemos precisar *grosso modo*: de um lado, a comunicação entendida como aparelho de produção e reprodução de significados e conteúdos ideológicos, no âmbito de um determinado quadro social perpassado de contradições e relações de poder. É uma concepção «mediática» ou instrumental que daqui ressalta; a comunicação finalizada a uma dominação de classe, concebida em função duma visão de «totalidade» das relações sociais e da sua transformação. É uma tendência que apodariamos, não sem evidentes riscos de generalização e imprecisão, de sociológica, matricialmente clássico-marxista.

Do outro lado, a comunicação como «sistema de linguagem», que taxaríamos comodamente de «semiótica», visando, na expressão de Paolo Fabbri¹ «mudar a teoria da comunicação adoptando um sistema que apenas se ocuparia dos *actos* da linguagem e das *modalidades de enunciação*»². É uma concepção que se pretende mais virada para os conteúdos que para as formas da comunicação.

Da primeira posição, cuja mais articulada exemplificação nos pareceu pertencer a Giovanni Cesario³, decorre uma visão da comunicação popular alternativa como «inteira transformação — a longo prazo naturalmente, e em estreita relação com a transformação geral da sociedade — do *modo de produção da informação, do conhecimento e do saber*, sob a base da luta de classes», tirando partido das «contradições sociais e culturais sobre as quais é possível trabalhar».

Nas sociedades de massas, tanto nas capitalistas como nas que se definem de «socialismo realizado», os aparelhos dominantes da comunicação estão organizados segundo o modelo «burocrático-industrial» da empresa capitalista, para produzir comunicação unidireccional e estruturar o público em função da organização do consenso e do lucro comercial, isto é, em função da reprodução das relações sociais existentes. Verifica-se a separação, quer dos trabalhadores intelectuais e técnicos quer dos consumidores, dos aparelhos de comunicação, e a sua respectiva apropriação pela classe dominante. No entanto, com essa restrição do processo produtivo a um corpo de «especialistas» da comunicação, que exclui da participação nos aparelhos de comunicação os protagonistas sociais e retira aos «especialistas» a possibilidade de controlar o processo de produção de comunicação e o destino desses produtos, contrasta a crescente *socialização* do processo produtivo nos aparelhos de comunicação, onde cada trabalhador se transforma cada vez mais em «intelectual parcial» e onde surgem formas colectivas de força de trabalho.

É no âmago destas contradições que vão emergindo nos aparelhos de produção da comunicação, nas sociedades de massas, que urge colocar a «comunicação alternativa», como exigência da estratégia tendente a revolucionar a «totalidade» da estrutura social, as suas relações de produção e de poder. Estando a comunicação, enquanto produção de significados ideológicos, inexoravelmente ligada às globais relações de produção sociais dominantes na sociedade onde se processa, segue-se que a comunicação deve ser «alterativa» para ser «alternativa». «Outra» comunicação deve procurar-se desde já, não só à margem

¹ Semiótico, professor da Universidade de Urbino, autor de «Le comunicazioni di massa in Italia: sguardo semiótico e mallochio della sociologia», in *Versus*, n.º 5, 1973.

² «Pour une guérilla sémiotique» (apontamentos recolhidos por Ignacio Ramonet, da sua intervenção em Cambrills: «A força da forma e a forma da força») in *Le Monde Diplomatique*, «Cinéma Politique — Masses et Médias», Juillet 1978, p. 35.

³ Director da revista *Ikon* que se publica em Itália e se ocupa de problemas de informação. A comunicação apresentada em Cambrills tinha por título «Comunicazione alternativa e modo de produzione in rapporto all'apparato radiotelevisivo».

da comunicação dominante (às vezes com os riscos de reproduzir as mesmas relações sociais internas, as mesmas estruturas e a mesma lógica que os aparelhos desta) como no âmago das contradições dos próprios aparelhos de comunicação dominante, agravando-as para o seu superamento: novos canais, novas formas de organização do processo produtivo, novas relações entre produtores e utentes, nova lógica comunicativa.

É precisamente contra este modelo e contra esta pretensão final que se colocam os defensores do enfoque semiótico. Não basta «substituir o uso 'monológico' pelo uso 'dialógico' dos meios» como o pretendem os defensores da «comunicação socialista» (entre os quais Enzensberger) que acreditam que «o *em-si* massmediúnico alberga a possibilidade de *diálogo* no plano do intercâmbio e da *democracia* no plano do poder». Não basta «uma redistribuição nas posições do modelo comunicativo tradicional, paralela a uma redistribuição social do poder», há que alterar o próprio modelo, como exigiriam Jorge Lozano e Gonzalo Abril⁴. Recusa que Paolo Fabbri peremptoriamente clarificou: «Nós, semióticos da linguagem, opomo-nos radicalmente ao modelo económico da teoria da comunicação; a termos como «produção» de sentido, por exemplo, porque o *sentido* não funciona sobre o modelo da economia. No sentido nós encontramos: provocação, desafio, sublimação, falsificação, paródia, fascinação, etc.; ora nenhuma destas categorias é económica. Seria preciso, por outro lado imaginar diversamente a relação ao *senal*. Durante muito tempo consideraram-se os sinais como «sistemas de representação» baseando-se para isso numa velha ideia de linguística hoje, graças a Deus, desaparecida».

Ao contrário do que se supõe, a comunicação, que só surgiu nas sociedades com a degradação e dissolução das estruturas simbólicas, não produz mas destrói sentido, e nós encontramos-nos hoje numa situação de total imoralidade, onde já não é possível distinguir o «bom» do «mau» sentido, num *universo de simulação*, segundo Jean Baudrillard⁵ ou de *falsificação*, como prefere Fabbri.

Para o primeiro, passámos do princípio da realidade, que configurou a nossa cultura desde o Renascimento, para o princípio da simulação. O importante, para o segundo não são os *sinais* mas as *modalidades de os enunciar*. Ora o que se passa é que o sistema de representação *offset* favoreceu enormemente a falsificação de vários sinais de comunicação: passaportes, cheques, cartões de crédito, recibos, bilhetes, etc., etc., das «fortalezas semânticas» do Estado. Tais actos, hoje vulgarizadíssimos, não são tanto, como poderia supor-se, uma «sabotagem contra o Estado», mas constituem antes, explica Fabbri na esteira de U. Eco, uma *guerrilha semiótica*, um «sistema em que o referente desapareceu».

⁴ «Notas desde la semiocracia para una teoria alternativa de los medios» (assistentes da Faculdade de Ciências da Informação de Madrid).

⁵ Sociólogo e professor da Universidade de Paris X. A sua intervenção na conferência foi resumida e publicada por I. Ramonet em *Le Monde Diplomatique*, já citado, com o título: «Ite massa est...».

Assim, a tese da passividade das massas, alienadas e manipuladas pela comunicação dominante, e a quem importaria dar consciência, falseia segundo os defensores desta segunda posição os dados da questão. As massas resistem aos *media* com o mutismo, desafiando o poder produtor de sentidos. «Cegamente, pelo seu silêncio, sustentou Baudrillard, as massas estão já de certa maneira, no *transpolítico*; prescrevem todo o projecto político que delas se quereria ocupar».

Este cepticismo quanto aos êxitos de um diferente uso e ordenamento dos *media*, ou descrença num despertar ou insurreição das massas contra eles, faz-se acompanhar duma alternativa simultaneamente radical e utópica: «A verdadeira mudança, sustenta Baudrillard, passa hoje pela *destruição* dos *media* como tais, pela sua *deconstrução* como sistema de não comunicação. Isto não implica liquidação, tal como a crítica radical do discurso não implica a negação da linguagem como material significante. Mas implica certamente a liquidação de toda a sua estrutura actual, funcional e técnica, da sua forma operacional, pode dizer-se, que reflecte por toda a parte a sua forma social. No fundo é o próprio conceito de medium que desaparece, e deve desaparecer: a palavra intercambiada, o intercâmbio recíproco e simbólico nega a noção e a função do medium, de intermediário. Pode implicar um dispositivo técnico (som, imagem, ondas, energia, etc.) tal como um dispositivo corporal (gestos, linguagem, sexualidade); mas este não actua então já como medium, como sistema autónomo regido por um código».

Enquanto esta última posição, que acabamos de resumir, encontrou maior acolhimento entre participantes a braços com a prática alternativa da comunicação nos países de «sociedade de consumo», onde aliás têm curso as experiências mais significativas e avançadas de descodificação semântica do discurso do poder, o mesmo se não pode dizer dos participantes oriundos ou virados para a problemática dos países do chamado «terceiro mundo» e de mais aguda dependência, que assinalaram a premência política de alternativas à comunicação oficial dominante e a importância dos *media* nas estratégias político-ideológicas anti-imperialistas, como instrumentos libertadores, não se compadecendo com os cepticismos e dúvidas que outros estádios de evolução da comunicação dominante suscitam sobre as respostas que as massas serão capazes ou não de dar ou se entende que estão dando.

M. BRAGA DA CRUZ

OS PROFESSORES E O ENSINO DA FILOSOFIA EM PORTUGAL

Por iniciativa da recém criada *Sociedade Portuguesa de Filosofia*¹ realizou-se de 18 a 19 de Maio do corrente ano, nas instalações da Fundação Gulbenkian em Lisboa, o 1.º *Encontro Nacional de Professores de Filosofia*.

Com cerca de 250 participantes vindos de todo o país, a maioria docentes do ensino secundário, mas também do superior, os trabalhos dividiram-se por três secções: *A* — Ensino da filosofia; *B* — Investigação e documentação; *C* — Filosofia e sociedade.

Desde o início da preparação do encontro que foi manifesta, pela quantidade de adesões, a falta que se fazia sentir de uma tal iniciativa.

Era sobretudo evidente entre os professores do secundário o muito que esperavam deste encontro em termos de romper o isolamento que o afastamento geográfico dos grandes centros culturais e o próprio sistema de ensino impõem.

Pouco se terá conseguido modificar a situação da prática filosófica em Portugal mas este primeiro encontro surgiu a todos como o primeiro de uma série de cuja continuidade se esperam resultados concretos.

O primeiro resultado positivamente reconhecido é já o de as pessoas se terem encontrado dialogantemente começando assim a romper o cerco.

¹ Com sede na Av. da República, n.º 37-4.º em Lisboa-1, a S.P.F. foi fundada em 14 de Fevereiro de 1977 a partir de um grupo de participantes portugueses no XI Congresso da Associação Internacional Hegel, anteriormente realizado em Lisboa no verão de 76. Estatutariamente, a nova Associação fixou-se os seguintes objectivos:

- 1) Promover ou apoiar acções de extensão cultural no âmbito da filosofia;
- 2) Estimular e apoiar trabalhos de investigação individual ou colectiva;
- 3) Fomentar o intercâmbio nacional e internacional;
- 4) Promover iniciativas pluridisciplinares;
- 5) Organizar serviços de informação e documentação;
- 6) Estudo dos problemas relativos ao ensino da filosofia;
- 7) Promover e apoiar a publicação de trabalhos;
- 8) Organizar conferências, colóquios, seminários e congressos.

A — A primeira secção, debruçando-se sobre a situação actual do ensino da Filosofia em Portugal, examinou, mais especificamente três ordens de questões:

1.º Objectivos e programas do *Ensino da Filosofia*. Tratava-se de abordar distintamente os *objectivos formativos*, no que respeita às atitudes e valores que se promovem e/ou sugerem, às capacidades que se desenvolvem e à linguagem que se utiliza, por um lado, e os *objectivos informativos* do programa, por outro no que respeita às áreas temáticas, às áreas opcionais, aos modos de intervenção interdisciplinar, às capacidades motivadoras do programa e às perspectivas ideológicas subjacentes.

2.º Apoios didácticos, avaliações e métodos pedagógicos;

3.º Formação científica e pedagógica dos professores.

B — A segunda secção (sobre *Investigação e documentação*) foi aquela que talvez atingiu resultados mais concretos, sobretudo em termos de programa de actividades a médio e longo prazo.

Antes disso, porém, tentou-se caracterizar a situação da investigação filosófica em Portugal. O resultado foi deprimente, como era previsível. Com efeito, constatou-se pura e simplesmente a quase total ausência de investigação filosófica sendo que, o pouco que se faz, ao nível do ensino superior, permanece estreitamente ligado às exigências de carreiras docentes individuais, sem que, a maior parte das vezes, se veja a mínima incidência ao nível do ensino.

Há pois uma separação crescente entre o ensino e a investigação, como o conseqüente desfazamento entre aquilo que se aprende na Universidade e o que se ensina, situação que se torna ainda mais grave no caso dos professores do ensino secundário.

Em termos de programa de acção foram propostas medidas muito concretas como a edição de uma bibliografia filosófica portuguesa (reeditando e actualizando o esboço em tempos publicado por Fidelino de Figueiredo) a elaboração colectiva, pelos sócios da sociedade, de um Vocabulário português de filosofia; definir uma política editorial por parte da S. P. F. nomeadamente no campo das traduções das obras mais importantes e úteis, plano esse para cuja efectivação se procuraria obter a colaboração e apoio de instituições como o MEC e a Fundação Gulbenkian.

Duma maneira mais geral aliás, também se acentuou a necessidade de conseguir para a S.P.F. um estatuto de interlocutor válido perante os organismos oficiais (e privados) no sentido de lhe ser reconhecida a idoneidade requerida para fomentar e coordenar projectos de investigação filosófica em Portugal.

C — Finalmente, na 3.ª secção, o tema era mais vasto e por isso mesmo mais vago: *Filosofia e sociedade*.

Entre os temas propostos figuravam o da «filosofia como forma organizada da consciência social», assim como o da «filosofia na sociedade portuguesa actual» perspectivados em termos históricos e sociológicos.

Acabou por ser este o tópico que mais controvérsia levantou.

Por fim foi ainda abordado, dentro desta 3.^a secção, o problema das relações da filosofia com as ciências sociais.

Pela amplidão e consequente imprecisão nos limites deste 3.º tema, foi talvez esta a reacção onde a discussão se tornou mais fluída mas também mais animada e controversa.

Ficou no entanto patente a existência generalizada de um certo número de preocupações sobretudo em torno da interrogação sobre o sentido de uma prática filosófica autónoma em Portugal, hoje. Como se poderá fazer filosofia em Portugal sem que nos limitemos a retraduzir em português discursos outros?

Em suma, um certo «nacionalismo» filosófico-cultural era patente na necessidade, continuamente reafirmada, de retorno às raízes culturais próprias.

Como inventar e praticar um discurso filosófico português?

Como escapar — na filosofia também — ao imperialismo cultural europeu a que temos estado sujeitos?

Ficou finalmente decidida a publicação regular dum *Boletim* da S.P.F. que começaria precisamente com um primeiro número dedicado a este encontro.

Decidiu-se igualmente, e assegurando a continuidade desejada, marcar desde logo para o início do ano lectivo seguinte um 2.º encontro nacional de professores de filosofia.

TITO CARDOSO E CUNHA

SEMINÁRIO DE SEMIÓTICA URBINO — JULHO 1978

Organizado pelo Centro Internacional de Semiótica e Linguística de Urbino, decorreu nesta cidade, de 10 a 30 de Julho último, um seminário consagrado ao estudo da teoria e práticas semióticas. Já há alguns anos que o Centro vem promovendo estágios desta natureza, numa tentativa de reciclagem contínua e regular exigida pelos desenvolvimentos mais recentes desta área de conhecimento. Assim, reuniram-se uma vez mais em Urbino investigadores provenientes de diversos sectores no campo das ciências humanas — linguistas, antropólogos, sociólogos, especialistas em comunicações de massa, estudiosos de literatura, etc. — impelidos pela necessidade de confrontar os seus próprios métodos de pesquisa com as novas aproximações sugeridas pela semiótica, ou simplesmente interessados em conhecer os processos de análise utilizados nas disciplinas de ponta.

Os participantes, na sua maioria jovens estudantes vindos de vários pontos do globo, puderam assistir a uma gama diversificada de actividades, repartidas por seminários, colóquios, conferências e grupos de estudo.

Os seminários funcionaram em regime de cursos intensivos, com exposições teóricas seguidas por vezes de aplicações concretas, e recobriram diferentes domínios de investigação: teoria do signo, semântica formal, análise lógica das línguas naturais, semiótica discursiva e textual, semióticas visuais, etc. Destacaremos apenas as contribuições que, de um ponto de vista pessoal, se impuseram como mais relevantes.

Tzvetan Todorov abordou o problema do poder simbólico da linguagem, entendido como possibilidade de evocação indirecta de sentidos segundos. A análise minudente desta evocação levou-o a adiantar a hipótese de uma tipologia discursiva baseada numa hierarquização dos sentidos dominantes. Assim, entre o discurso literal, caracterizado pela ausência completa de sentidos segundos, e o discurso transparente, polo diametralmente oposto onde a significação indirecta predomina, Todorov admitiu uma «etapa» intermédia, o discurso ambíguo, susceptível de descodificações múltiplas consoante o contexto em que se inscreve e actualiza.

Foi em seguida afluído outro tópico, atinente à direcção do sentido evocado, e verificou-se que este se orienta diferentemente segundo as intâncias ou níveis em jogo: a título de ilustração focou-se o caso da ironia, que funciona

simultaneamente no plano do enunciado e no da enunciação, e invocaram-se ainda as relações de intertextualidade e de intratextualidade. (No romance psicológico, por exemplo, a caracterização das personagens forja uma rede interna de núcleos significativos solidários, e é neste espaço «fechado» do texto que se molda e/ou orienta um eventual sentido simbólico).

Para Todorov, o «saber convocado» que permite a eclosão de tais sentidos segundos deflui do próprio contexto sintagmático, e, sobretudo, da memória colectiva que reúne de modo difuso uma pluralidade de evocações culturais e subentendidos.

Numa perspectiva diacrónica, foram sinopticamente apresentadas diversas tentativas de classificação lógica das relações de sentido, relações essas que subtendem os tropos ou figuras.

Todorov debruçou-se ainda sobre o grau de indeterminação de sentido indirecto, analisando textos de Nerval, Rimbaud e Kafka. Sem partilhar do radicalismo de Humboldt e Schlegel, para quem o símbolo era algo de inapreensível, permanentemente aberto a novos investimentos de sentido, Todorov sublinhou, no entanto, que há múltiplos obstáculos que dificultam a redução do sentido simbólico ao referencial, especialmente na escrita poética não representativa, onde se sugere e alude sem nomear.

Por último, foi feito um confronto entre a potência simbólica da linguagem e as estratégias interpretativas que dominaram a história ocidental, com particular realce para a hermenêutica e a filologia.

O seminário orientado por Umberto Eco e subordinado ao tema «cooperação textual e competência de género» veio revelar um novo campo de investigação basicamente centrado na estratégia que o próprio texto urde com vista à produção de um leitor modelo. Partindo do princípio de que o destino pragmático de um texto está já contido na sua estrutura semântica, U. Eco conclui que os vários códigos implicados no texto postulam um determinado comportamento cooperativo por parte do leitor/destinatário, o qual passa a funcionar como operador de «riempimento» (ou seja, como peça indispensável de uma tática interpretativa capaz de «preencher» as lacunas que o texto deixa em aberto).

Apresentado em linhas gerais o fio condutor do seminário, resta-nos acrescentar que foi esboçada, no plano meramente teórico, uma análise relativamente detalhada dos níveis textuais, tendente a evidenciar como, sob a aparente linearidade de manifestação linguística, se dissimula uma composição complexa, uma rede multiestratificada de relações entre elementos significativos defluentes de códigos e sub-códigos vários. Assim, foram sucessivamente dissecadas as estruturas discursivas (indivuação dos «tópicos» e isotopias), narrativas, actanciais e ideológicas, cujo conhecimento virtual constitui aquilo que U. Eco designa por «competência enciclopédica». Paralelamente sublinhou-se o papel relevante desempenhado pelas circunstâncias de enunciação, expressão que nos remete para o contexto temporal e social da mensagem, que nos faculta informações sobre o destinador concreto que a emitiu, etc.. Parece-nos clara a intenção de se ultrapassar uma análise imanente-estrutural

do texto, nomeadamente quando se relacionem pressupostos ideológicos com estruturas do mundo real e se acentua a dimensão pragmática do texto.

Na parte final deste seminário abordou-se uma questão de ordem prática, formulada nos seguintes termos: haverá num texto narrativo sinais ou marcas inequívocas do seu carácter «fictional»? O corpus escolhido para dilucidar tal problema reuniu textos retirados de romances históricos e outros de natureza estritamente historiográfica, documental. Não se chegou a uma conclusão definitiva, mas apenas a resultados parciais e provisórios cuja confirmação futura exigirá um confronto sistemático e pormenorizado de um número bem mais elevado de textos, seleccionados com base num critério pertinente e suficientemente representativos dos géneros em causa.

O seminário dirigido por F. Guenther, intitulado «Lógica e Linguística», versou problemas relacionados com a descrição formal das línguas naturais. Depois de uma breve e introdutória discussão epistemológica sobre o objecto específico da linguística e os métodos até hoje utilizados na análise de enunciados gramaticalmente correctos, Guenther traçou os limites da intersecção entre lógica formal e linguística. Subdividiu seguidamente a sua exposição em 3 pontos: lógica das proposições, lógica dos predicados (com aplicações concretas ao nível da quantificação e da pronominalização) e posterior extensão desta última graças à introdução da referência temporal.

Despertaram ainda interesse os seminários de David Cooper («A linguagem da loucura: natureza e função do discurso delirante»), Paul Bouissac («A Semiótica do espectáculo de circo»), Jean Louis Schefer («Mitos, símbolos, alegorias»), H. Damisch («O campo semiótico e a tópica da acção: teoria do xadrez»), Ferruccio Rossi-Landi («Semiótica e Ideologia»), Ino Rossi («Semiótica e Sociologia»).

Os colóquios obedeceram a um funcionamento distinto: várias comunicações eram apresentadas, dentro de âmbitos mais restritos e especializados de investigação, e no fim de cada sessão generalizava-se o debate. Houve 4 temas em discussão:

- Glossolália
- «Croire/faire croire»¹
- Semântica formal das expressões temporais
- Problemas de análise do discurso político

Saliente-se o peso indiscutível da contribuição francesa, nos 2.º e 4.º colóquios, mas registe-se igualmente a reacção negativa a essa hegemonia por parte de muitos dos presentes, o que significa, talvez, uma ruptura na fronteira artificialmente traçada entre intelectuais centrais e intelectuais periféricos.

A secção das conferências, relativamente apagada no panorama geral das actividades, contou com a participação, entre outros, de Philippe Minguet

¹ Designação procedente do estudo das modalidades, numa perspectiva greimasiana, que se presta contudo a uma abordagem plural, da psicanálise à filosofia da linguagem, com especial incidência na teoria dos actos da fala.

(«Elementos para uma retórica da imagem. O icónico e o plástico. A metáfora pictórica»), Seymour Chatman («Códigos e textos: análise de «Las babas del diablo», novela de Julio Cortázar) e Georges Vignaux («Argumentação e lógica quotidiana»).

A heterogeneidade um tanto dispersiva das comunicações apresentadas veio uma vez mais sublinhar a premência de uma alargada interdisciplinaridade no campo das ciências humanas.

A impressão geral foi a de uma vitalidade surpreendente da semiótica, actualmente em vias de contaminar, ou, pelo menos, de problematizar, vastos domínios do conhecimento.

ANA CRISTINA MACÁRIO LOPES